



Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Setembro/2016



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
MATO GROSSO DO SUL

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO DO SUL

Concurso Público para provimento de cargos de Assistente Legislativo

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B17', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O medo desvia o foco e inibe energias para atingir objetivos.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Fundação Carlos Chagas

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto abaixo.

Serviço público

Entre os serviços oferecidos pelo Estado (com recursos provenientes da arrecadação de impostos) e a população (sobretudo os que dependem inteiramente da qualidade desses serviços), está a figura do servidor público. Para fazer essa importante mediação, costuma-se garantir ao servidor a estabilidade e o salário que lhe permitam exercer sua função com a independência e a dignidade de quem não pode e não deve se submeter a troca de favores ou de vantagens que não as da legislação que rege seu contrato de trabalho.

Não convém esquecer que entre os servidores públicos, além dos que se entregam ao cumprimento da burocracia, estão aqueles que têm importância fundamental em áreas vitais como a Educação, a Saúde, a Segurança, o controle do meio ambiente e outras que concorrem diretamente para qualificar nosso nível de vida. Há quem julgue que todos os empreendimentos sociais deveriam regular-se pelo Mercado, e não pelo Estado. Para quem assim pensa, a figura do servidor público surge não como um cidadão operoso e eficiente, mas como um entrave à excelência dos negócios, que se regulamentariam por si mesmos.

É nessa ordem de coisas que professores, médicos, agentes de segurança e tantos outros profissionais do setor público precisam tomar em suas mãos a responsabilidade de quem estabelece, na prática, o vínculo entre o cidadão e o Estado, o indivíduo e sua cidadania. O contato entre o servidor e a população deve espelhar uma relação de confiança em que, cidadãos ambos, reconhecem-se como integrantes de uma mesma ordem social mediada pelo direito público e não pelo privilégio privado. O equilíbrio entre o que o Estado tem o dever de oferecer e o Mercado tem o interesse em vender e comprar é um desafio a ser enfrentado pela sociedade moderna. A figura do servidor público é não apenas emblemática: é a encarnação do vínculo profissional e humano entre os direitos do povo e os deveres do Estado.

(Josimar Castelo, inédito)

1. A importante mediação de que trata o autor ao longo do texto representa-se no segmento

- (A) ... recursos provenientes da arrecadação de impostos... (1º parágrafo)
- (B) ... não deve se submeter a troca de favores... (1º parágrafo)
- (C) ... todos os empreendimentos sociais deveriam regular-se pelo Mercado... (2º parágrafo)
- (D) ... equilíbrio entre o que o Estado tem o dever de oferecer e o Mercado tem o interesse em vender e comprar... (3º parágrafo)
- (E) ... vínculo profissional e humano entre os direitos do povo e os deveres do Estado. (3º parágrafo)

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. No primeiro parágrafo, há a ideia de que, garantindo-se ao servidor público segurança e justa recompensa por seu trabalho, criam-se as necessárias condições para que ele venha a repelir barganhas ilícitas.
- II. No segundo parágrafo, destaca-se a importância que tem o Estado como responsável pelos serviços públicos essenciais e a parceria que lhe deve oferecer o Mercado, regido pelas normas mais eficazes da oferta e da procura.
- III. No terceiro parágrafo, sustenta-se a tese de que é inevitável a incompatibilidade entre as funções do Estado e os interesses do Mercado, razão pela qual o direito à cidadania se encontra seriamente ameaçado.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- (A) recursos provenientes da arrecadação de impostos (1º parágrafo) = verbas previstas para o equilíbrio fiscal.
- (B) concorrem diretamente para qualificar (2º parágrafo) = disputam entre si para promoverem.
- (C) entrave à excelência dos negócios (2º parágrafo) = obstáculo ao mais alto desempenho do mercado.
- (D) precisam tomar em suas mãos (3º parágrafo) = urge que sejam manipulados.
- (E) espelhar uma relação de confiança (3º parágrafo) = confrontar uma ligação respeitosa.



4. Os dois segmentos em que se dividiu a frase *Para fazer essa importante mediação, / costuma-se garantir ao servidor a estabilidade e o salário* representam, respectivamente,
- (A) uma causa e sua consequência.
 - (B) um efeito e uma finalidade.
 - (C) uma finalidade e sua alternativa.
 - (D) um efeito e sua contestação.
 - (E) uma finalidade e o meio necessário.
-

5. Está inteiramente clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) A arrecadação de recursos que devem beneficiar os contribuintes através de serviços públicos não podem sofrer qualquer desvio de sua propícia finalidade.
 - (B) Quando um servidor público é respeitado e se faz respeitar pelo bom atendimento, é onde se justifica as razões mesmas de sua função e importância.
 - (C) O ideal seria que Estado e Mercado pudessem participar mutuamente dos mesmos interesses, desde que agindo em nome do bem comum, de cujo não se admite contestação.
 - (D) É fundamental que se garantam condições ideais de trabalho a um servidor público, a quem cabe a responsabilidade de ser um mediador entre o Estado e os cidadãos.
 - (E) No caso de que apenas o Mercado ingerisse os assuntos de ordem pública, ainda assim quem se encarregaria de ver cumprido os interesses e os direitos da população?
-

6. Todas as formas verbais estão corretamente empregadas e articuladas entre si na frase:
- (A) Cabem aos poderes públicos oferecer aos seus servidores as condições para que eles correspondam do melhor modo às tarefas que lhes seriam atribuídas.
 - (B) Não se espere que o Mercado se preocupe com os direitos do cidadão; na esfera do comércio conta-se com os consumidores, não com os cidadãos.
 - (C) Se a arrecadação de altos impostos não tiverem a contrapartida de bons serviços prestados, faz-se uma injustiça com aqueles que os pagam.
 - (D) Quando um servidor e um cidadão estivessem se relacionando, deverá haver entre eles o mútuo reconhecimento de quem se incluíam num mesmo espaço público.
 - (E) No caso de os servidores públicos virem a perder a estabilidade em seus cargos, deixariam de haver estímulos para que ofereçam o melhor de seus esforços.
-

7. Na transposição da frase dada para a voz passiva, a correta forma verbal resultante é a que está indicada em:

- (A) O servidor público eficiente desperta o reconhecimento dos cidadãos = **tem despertado**.
 - (B) O Mercado atenderia apenas as exigências do livre comércio = **seriam atendidas**.
 - (C) Um funcionário está sempre representando uma mediação entre o Estado e o público = **sendo representado**.
 - (D) Os melhores servidores justificam todas as garantias de sua função = **têm sido justificadas**.
 - (E) Os servidores encarnam um importante vínculo entre o Estado e o povo = **vem encarnando**.
-

8. Atente para as seguintes frases:

- I. O servidor público carece de estabilidade e boa remuneração.
- II. A falta de estabilidade e de boa remuneração fragiliza a condição do servidor.
- III. Um servidor fragilizado deixa de ser eficiente.

As frases acima estão articuladas com correção e coerência em:

- (A) Quando a condição de um servidor é fragilizada pela falta de estabilidade e boa remuneração, ele deixa de ser eficiente.
- (B) Por falta de estabilidade e de boa remuneração, de cujas se mostra carente, o servidor fragilizado fica ineficiente.
- (C) Não há eficácia, quando um servidor, sempre carente de estabilidade e remuneração, deixa por isso de ser eficiente.
- (D) Por ser fragilizado, mesmo porque ele carece de estabilidade e boa remuneração, um servidor deixa de ser eficiente.
- (E) Um servidor se torna ineficiente, caso a estabilidade e a boa remuneração venham a faltar-lhe, assim lhe fragilizando.



Atenção: Para responder às questões de números 9 a 15, considere o texto abaixo.

A nuvem

– *Fico admirado como é que você, morando nesta cidade, consegue escrever toda semana sem reclamar, sem protestar, sem espinaftrar ninguém!*

Meu amigo está, como dizem as pessoas exageradas, grávido de razões. Mas que posso fazer? Até que tenho reclamado muito isto e aquilo. Mas se eu ficar rezingando todo dia, estou roubado: quem é que vai aguentar me ler?

Além disso, a verdade não está apenas nos buracos das ruas e outras mazelas. Não é verdade que as amendoeiras neste inverno deram um show luxuoso de folhas vermelhas voando no ar? E ficaria demasiado feio eu confessar que há uma jovem gostando de mim? Ah, bem sei que esses encantamentos de moça por um senhor maduro duram pouco. Eles se irão como vieram, leve nuvem solta na brisa, que se tinge um instante de púrpura sobre as cinzas do meu crepúsculo.

E olhem só que tipo de frase estou escrevendo! Tome tenência, velho Braga. Deixe a nuvem, olhe para o chão – e seus tradicionais buracos.

(Adaptado de: BRAGA, Rubem. **Ai de ti, Copacabana!** Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1960, p. 179/180)

9. O escritor Rubem Braga, ao responder à observação do amigo, pondera que um cronista que escreve toda semana

- (A) tem de documentar tudo o que acontece à sua volta, limitando-se ao que se afasta da rotina.
- (B) fica por vezes sem assunto, recorrendo então a temas triviais que não sustentam uma crônica.
- (C) pode também se dedicar a registrar experiências positivas de sensações e impressões pessoais.
- (D) deve também registrar os acontecimentos positivos que alcancem grande repercussão social.
- (E) precisa corresponder a expectativas de seus leitores, como porta-voz de suas reivindicações.

10. Atente para as seguintes afirmações:

- I. A fala do amigo, na abertura do texto, revela que ele atribui a um cronista profissional a função de se pronunciar o mais criticamente possível diante dos dramas existenciais maiores que afligem a humanidade.
- II. O cronista supõe que seus leitores não esperam que ele se dedique a protestar o tempo todo, deduzindo-se daí que ele considera a possibilidade de uma crônica adotar uma tonalidade mais leve.
- III. O escritor se vale desta crônica, “A nuvem”, para sustentar a convicção de que a maior parte de seus textos corresponde perfeitamente à expectativa de seu amigo.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) I.
- (E) II.

11. O cronista explora, com efeito literário, uma **contraposição** de sentido entre estas duas expressões:

- (A) *sem protestar* // *sem espinaftrar* (1º parágrafo)
- (B) *grávido de razões* // *tenho reclamado muito isto e aquilo* (2º parágrafo)
- (C) *buracos das ruas* // *show luxuoso* (3º parágrafo)
- (D) *as amendoeiras neste inverno* // *folhas vermelhas voando no ar* (3º parágrafo)
- (E) *olhe para o chão* // *seus tradicionais buracos* (4º parágrafo)

12. A construção *Fico admirado como é que você (...) consegue* escrever (...) *sem reclamar* é usual na fala comum, na linguagem oral. Na linguagem mais formal, atenta à norma culta da escrita, o segmento sublinhado deverá ser

- (A) Me admiro como você consegue
- (B) Me admira que você consegue
- (C) Admira-me você onde consegue
- (D) Admiro o modo de você conseguir
- (E) Admira-me você ficar conseguindo

13. *Mas se eu ficar rezingando todo dia, estou roubado: quem é que vai aguentar me ler?*

Substituindo-se a expressão sublinhada na frase acima por **se eu ficasse rezingando todo dia**, a complementação correta deverá ser

- (A) estarei roubado: quem é que irá aguentar ler-me?
- (B) estaria roubado: quem é que iria aguentar me ler?
- (C) estarei roubado: quem é que aguentaria ler-me?
- (D) teria sido roubado: quem é que me aguentaria ler?
- (E) estaria sendo roubado: quem é que me aguenta ler?



14. *Tome tenência, velho Braga. Deixe a nuvem, olhe para o chão (...)*

Utilizando-se o tratamento da 2ª pessoa do singular, a sequência das formas verbais da frase acima deverá ser:

- (A) toma – Deixa – olha
- (B) tomes – Deixes – olha
- (C) tomai – Deixai – olheis
- (D) tomes – Deixas – olhas
- (E) toma – Deixes – olhes

15. Está inteiramente clara e correta a redação da seguinte frase:

- (A) Sendo um dos nossos grandes cronistas, senão for o maior, Rubem Braga utiliza expressões hoje desuzadas, como “tome tenência” por exemplo.
- (B) Para quem acredita que todo o cronista deve se ater à assuntos sérios, o velho Braga pensa que também são possíveis tratar os temas mais pessoais, ou mesmo, íntimos.
- (C) O amigo do cronista lhe advertiu de que ele não costumava protestar contra nada, porquanto então o velho Braga o esclareceu, dizendo que por vezes, também reclamava.
- (D) O cronista Rubem Braga faz várias aluzões ao seu ofício de escritor, mostrando-se preocupar com expressões exageradas; ou ainda se criticando onde julga escrever frases estranhas.
- (E) Os leitores de crônicas não reclamam por encontrar em muitas delas, como nas de Rubem Braga, uma matéria mais leve e poética, em vez de manifestações mal-humoradas.

Atenção: Para responder às questões de números 16 a 20, considere o texto abaixo.

Um filme de viagem e de amor

*O filme **Viajo porque preciso, volto porque te amo**, dirigido por Karim Aïnouz e Marcelo Gomes, foi rodado no interior de cinco estados do Nordeste. A ideia inicial dos dois cineastas era fazer um documentário sobre as feiras do sertão. Entre a primeira e a última filmagem houve uma interrupção de nove anos, e a montagem final é, de fato, uma ficção sobre a viagem e o amor, sem perder uma dimensão crítica sobre a sociedade brasileira. O filme transcende o registro do mero documento, transmite emoções ao espectador e convida-o a refletir sobre a região e as pessoas que nela vivem e trabalham.*

Um dos achados do filme, cuja narração é conduzida pela voz de um geólogo, foi relacionar o estudo do solo com a desilusão amorosa. Uma sondagem no interior da terra árida tem como contraponto uma sondagem da alma das personagens. Como acontece com os bons romances, que se revelam com mais intensidade ao serem relidos, esse filme convida o espectador a assisti-lo duas vezes.

(Adaptado de: HATOUM, Milton. **Um solitário à espreita**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 134)

16. Quanto ao seu gênero, esse texto é

- (A) uma crônica imaginosa, na qual o autor expõe um roteiro de filme cuja finalidade é promover uma viagem simbólica pelas várias faces da cultura nordestina.
- (B) uma reportagem rotineira, de vez que o autor se limita a dar uma notícia objetiva sobre a produção de um filme, ressaltando as condições materiais em que foi produzido.
- (C) uma crônica crítica, pela qual o autor comenta a produção de um filme, cujo intento inicial foi alterado, e avalia suas qualidades artísticas e culturais.
- (D) uma reportagem promocional, por meio da qual o autor divulga o lançamento de um filme cujo maior valor é retratar com fidedignidade aspectos da vida sertaneja.
- (E) uma crônica informativa, escrita em tom pessoal, em que o autor fala da surpresa que lhe proporcionou um documentário sobre a diversidade das práticas culturais do Nordeste.

17. Relacionar o *estudo do solo* com uma *desilusão amorosa* é um dos achados do filme. Essa bem sucedida relação alcançada pelo filme representa-se no seguinte segmento do texto:

- (A) *é conduzida pela voz de um geólogo.*
- (B) *foi rodado no interior de cinco estados do Nordeste.*
- (C) *um documentário sobre as feiras do sertão.*
- (D) *transcende o registro do mero documentário.*
- (E) *convida o espectador a assisti-lo duas vezes.*

18. (...) a montagem final é, de fato, uma ficção sobre a viagem e o amor, sem perder uma dimensão crítica sobre a sociedade brasileira.

O segmento sublinhado acima pode ser substituído, sem prejuízo para a correção e a coerência da frase, por:

- (A) em que pese a análise crítica perante a sociedade brasileira.
- (B) preservando uma perspectiva crítica acerca da sociedade brasileira.
- (C) razão pela qual a sociedade brasileira não perde em sua dimensão crítica.
- (D) indo de encontro à pretensão crítica da sociedade brasileira.
- (E) a despeito de analisar criticamente à sociedade brasileira.



19. Está clara, correta e coerente a redação da frase:

- (A) Uma das razões porque se deve ver o filme são as passagens em que se combina a geologia e a paixão amorosa.
- (B) O entusiasmo pelo qual se deixou levar o autor do texto deve-se aos achados que reconheceu nesse filme.
- (C) Por vezes assiste-se documentários enfadonhos, onde o interesse já se perde logo que se iniciam.
- (D) É incomum associar-se geologia com paixão, até por que em ambos os casos falta uma conexão mais clara.
- (E) A interrupção por nove anos das filmagens acabaram por tornar o filme algo diverso do que lhe fora concebido.

20. Está correto o emprego de **ambas** as formas verbais sublinhadas na frase:

- (A) Cenas do filme não haveriam de ser tão marcantes caso não se contrapusessem nelas a sondagem do solo e a da alma das personagens.
- (B) Caso não houvesse ocorrido aqueles nove anos de interrupção de filmagem, obteria-se muito provavelmente um filme com bem diversas características.
- (C) Provavelmente os cineastas perfizeram vários trajetos pelo Nordeste, para que obtessem os resultados tão elogiados pelo autor do texto.
- (D) Os cineastas haviam precavido-se para não reduzir o filme a um documentário, para que não se atessem a constituir apenas um mero registro de fatos.
- (E) Os espectadores que reverem o filme com atenção, sentir-se-ão recompensados pelas qualidades que ressaltarão nessa segunda oportunidade.

Raciocínio Lógico-Matemático

21. Renato trabalha em um escritório de segunda à sexta feira, e nos próximos 30 dias de trabalho não haverá feriado. Atualmente, Renato tem ocupado 25 minutos diários do trabalho com a tarefa da reorganização de um grande arquivo. Ao seu ritmo de trabalho nessa tarefa, ela será concluída em 7 horas e meia. Se Renato iniciou essa tarefa em uma quarta feira, então ele irá concluí-la em uma

- (A) segunda feira.
- (B) quarta feira.
- (C) terça feira.
- (D) sexta feira.
- (E) quinta feira.

22. Os números naturais positivos são 1, 2, 3, 4, Mariana procura cinco números naturais positivos diferentes cuja soma seja igual a 15 e cujo produto, que é o resultado da multiplicação, seja igual a 120. Encontrados esses números, Mariana precisa dividir o segundo menor pelo maior dos cinco números. Se ela realizou a tarefa corretamente, o resultado final obtido foi o número

- (A) 0,4.
- (B) 2.
- (C) 1,333... .
- (D) 1,666... .
- (E) 1,25

23. Arlete está a 24 metros de Bianca, que por sua vez está a 12 metros de Cleide. Se as três estão em um terreno totalmente plano, a situação descrita permite concluir que a menor e a maior distância possível entre Cleide e Arlete são, respectivamente, iguais a

- (A) 6 m e 12 m.
- (B) 12 m e 36 m.
- (C) 12 m e 24 m.
- (D) 6 m e 24 m.
- (E) 12 m e 18 m.

24. Taís recebe diariamente certa quantidade de fichas que são colocadas em um mesmo fichário vazio no início do expediente. Ao final do expediente, Solange retira todas as fichas colocadas por Taís no fichário. Sabe-se que o fichário tem capacidade máxima para 110 fichas, e que Taís recebe 2 fichas no primeiro dia, 5 fichas no segundo dia, 8 fichas no terceiro dia, e assim sucessivamente (sempre recebendo 3 fichas a mais do que no dia anterior). Sendo assim, a capacidade desse fichário será suficiente até, no máximo, o

- (A) 46^º dia.
- (B) 51^º dia.
- (C) 37^º dia.
- (D) 29^º dia.
- (E) 43^º dia.



25. O setor de almoxarifado de uma loja conta com 6 funcionários, e o setor de conferencistas com outros 5 funcionários. Uma tarefa tem que ser executada por um grupo de 3 funcionários do almoxarifado e, em seguida, tem que ser conferida por um grupo de 2 conferencistas. O total de possibilidades diferentes de agrupamentos dos 5 funcionários que devem executar e conferir essa tarefa é igual a
- (A) 120.
(B) 180.
(C) 200.
(D) 150.
(E) 240.

26. Cada item em estoque de um depósito é classificado em um, dois ou três dos padrões A, B e C. Em um mês esse depósito tinha em estoque 43 itens, classificados conforme a tabela a seguir.

Padrão	Total de itens
Itens que não possuem padrão A	18
Itens que não possuem padrão B	29
Itens que não possuem padrão C	20
Itens que possuem exatamente dois padrões	15

De acordo com os dados desse mês, o número de itens em estoque classificados com todos os três padrões é igual a

- (A) 5.
(B) 1.
(C) 4.
(D) 3.
(E) 2.
27. A tabela a seguir indica o número de filhos dos funcionários de uma empresa. Sabe-se, ainda, que não há filho que seja de mais de um dos funcionários, nem funcionário e filho que trabalhem juntos na empresa.

Número de funcionários	Número de filhos
14	0
21	1
19	2
15	3
11	4 ou mais

Sorteando-se ao acaso um dos funcionários indicados na tabela, a probabilidade de que ele tenha menos do que três filhos é igual a

- (A) 67,50%.
(B) 86,25%.
(C) 23,75%.
(D) 36,40%.
(E) 58,75%.

28. Lucas encontrou as seguintes sentenças em um livro de lógica:

1. A próxima sentença é verdadeira.
2. A sentença anterior é falsa.

Analisando as duas sentenças, é correto afirmar que

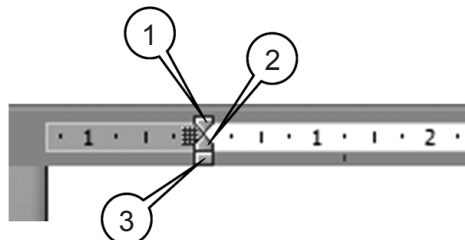
- (A) 1 e 2 são necessariamente verdadeiras.
(B) 1 é verdadeira e 2 é falsa.
(C) 1 é falsa e 2 é verdadeira.
(D) 1 e 2 são necessariamente falsas.
(E) 1 e 2 são mutuamente inconsistentes.



29. Alexandre, Bruno, Carlos, Dario, Ernesto e Fábio vão viajar juntos a um mesmo destino. Os seis decidem ir em duplas, sendo que uma dupla irá de avião, outra de trem e a outra de carro. Sabe-se que:
- Alexandre não vai de carro, e que acompanhará Bruno, que por sua vez não vai de avião;
 - Ernesto vai de avião;
 - Carlos não vai acompanhado de Dario, nem vai de avião.
- Nas condições dadas, é correto afirmar que
- (A) Dario vai de carro.
 - (B) Fábio vai com Ernesto.
 - (C) Fábio vai de carro.
 - (D) Ernesto vai de trem.
 - (E) Carlos vai com Ernesto.
30. Em uma sala estão presentes 10 pessoas. A respeito dessas pessoas, é necessariamente correto afirmar que
- (A) no mínimo cinco nasceram em um dia de número par.
 - (B) no máximo cinco nasceram em um dia de número par.
 - (C) pelo menos duas nasceram em um mesmo mês do ano.
 - (D) pelo menos duas nasceram em um mesmo dia da semana.
 - (E) há ao menos três dias da semana em que nenhuma delas nasceu.

Noções de Informática

31. Um funcionário da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, usuário de um computador com sistema operacional MS-Windows, armazenou o arquivo `manual.docx` na pasta Documentos e deseja criar um Atalho para acesso ao arquivo na Área de Trabalho. Para isso, ele deve abrir a pasta Documentos, selecionar o arquivo `manual.docx`,
- (A) arrastar para a Área de Trabalho e soltar pressionando a tecla Alt.
 - (B) pressionar as teclas Ctrl+c, posicionar o ponteiro do *mouse* na Área de Trabalho e pressionar as teclas Ctrl+v.
 - (C) arrastar para a Área de Trabalho e soltar pressionado a tecla Ctrl.
 - (D) pressionar as teclas Ctrl+c, posicionar o ponteiro do *mouse* na Área de Trabalho e pressionar as teclas Ctrl+n.
 - (E) arrastar para a Área de Trabalho e soltar pressionado a tecla Shift.
32. No MS-Windows, caso um arquivo armazenado no *pen drive* seja arrastado para a Lixeira da Área de Trabalho,
- (A) esse arquivo será transferido para a Lixeira da Área de Trabalho.
 - (B) esse arquivo será excluído do *pen drive* mas será possível recuperá-lo da Lixeira da Área de Trabalho.
 - (C) esse arquivo será transferido para a pasta Lixeira do *pen drive*.
 - (D) será apresentada uma mensagem solicitando a confirmação da exclusão permanente do arquivo.
 - (E) uma cópia desse arquivo será criada na Lixeira da Área de Trabalho.
33. O usuário do MS-Word, na versão mais recente, está editando um texto e deseja realizar a formatação do parágrafo utilizando o recurso Régua do aplicativo, apresentado parcialmente na figura abaixo.



Após selecionar o parágrafo de texto que se deseja formatar, para formatar o parágrafo com recuo à esquerda, recuo da primeira linha e recuo deslocado, o usuário deve movimentar os marcadores indicados respectivamente pelos números

- (A) 1, 2 e 3.
- (B) 3, 1 e 2.
- (C) 2, 1 e 3.
- (D) 1, 3 e 2.
- (E) 3, 2 e 1.



34. Durante a edição de um documento do tipo relatório no MS-Word, o usuário decide iniciar o novo capítulo em uma nova página utilizando o recurso de quebra de página do aplicativo. Uma forma rápida para realizar a quebra de página é por meio do recurso Atalhos de teclado com o pressionar simultâneo das teclas
- (A) Ctrl+n
(B) Alt+Ctrl
(C) Alt+Shift
(D) Shift+Tab
(E) Ctrl + Enter

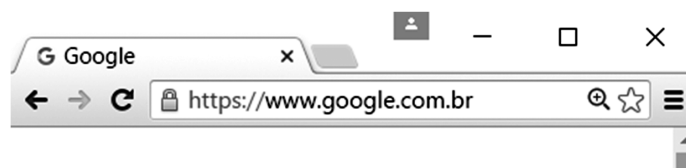
35. O trecho de planilha apresentado abaixo foi editado no MS-Excel e contém informações sobre os usuários e as respectivas identificação e função junto à empresa de informática ABC.

	A	B	C
1	Usuário	Identificação	Função
2	Marcos	123	Administrador_1
3	Fernando	501	Funcionário_1
4	Alberto	-	Visitante
5	José	502	Funcionário_2
6			

Caso seja inserida, na célula C6, a fórmula =CONT.NÚM(B2:C5), o valor dessa célula será:

- (A) 6
(B) 12
(C) 9
(D) 3
(E) #VALOR!
36. O avaliador de um concurso público deseja construir uma planilha para totalizar a pontuação das provas e indicar automaticamente a aprovação ou a reprovação do candidato. Considerando que, para a aprovação, a pontuação alcançada deve ser maior ou igual a 60 pontos (variando de 0 a 100 pontos inteiros) e que as mensagens devem ser APROVADO para pontuação maior ou igual a 60 e REPROVADO caso contrário, a fórmula a ser inserida na célula F3 da planilha para indicar o resultado é:
- (A) =SE(F3<60; "REPROVADO"; "APROVADO")
(B) =SOMA(F3=60; "APROVADO"; "REPROVADO")
(C) =SE(F3=60; "APROVADO"; "REPROVADO")
(D) =SE(F3>60) ; "REPROVADO"; "APROVADO";
(E) =COND(F3>60); "APROVADO"; "REPROVADO";

37. A figura abaixo apresenta parte de uma janela do navegador de internet Google Chrome.



Na janela, o ícone representado por uma figura de estrela

- (A) indica que o *site* atual está armazenado na lista de favoritos.
(B) indica que o *site* atual é acessado com muita frequência.
(C) indica que o *site* atual está presente no histórico de navegação.
(D) é utilizado para abrir o *site* atual em uma nova janela.
(E) é utilizado para armazenar o *site* atual na lista de favoritos.
38. Após o recebimento e a leitura de um email com anexo, o usuário percebeu que o computador foi infectado por algum tipo de *malware*. Fazendo uma pesquisa na internet, o usuário identificou que o *malware* que infectou o computador é do tipo *worm*, pois
- (A) arquivos desconhecidos foram instalados no *Desktop* do computador.
(B) arquivos de documentos de texto foram deletados da pasta Documentos.
(C) o computador realiza atividades como se estivesse sendo controlado remotamente.
(D) o computador enviou várias mensagens de email com propaganda indevidamente.
(E) o computador ficou lento indicando grande consumo de recursos.

**Legislação Institucional**

Atenção: Considere o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul para responder às questões de números 39 a 41.

39. À Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul compete a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos, sendo que a eleição de uma nova Mesa ocorre periodicamente. Para eleição da Mesa Diretora
- (A) é dispensada a presença da maioria dos deputados.
 - (B) é proibido o registro de candidato individual ou avulso.
 - (C) a votação será nominal e secreta.
 - (D) o nome do Deputado poderá figurar em mais de uma chapa apresentada, desde que concorrendo ao mesmo cargo eletivo.
 - (E) o mandato a ser cumprido será de quatro anos, vedada a reeleição.
-
40. Considere as seguintes atribuições:
- I. “conceder a palavra ao deputado”;
 - II. “deixar de aceitar qualquer proposição que não atenda as exigências regimentais”.
- Essas são atribuições estabelecidas para o
- (A) Presidente.
 - (B) Presidente e o 1º Secretário, respectivamente.
 - (C) Presidente e o 2º Secretário, respectivamente.
 - (D) 1º Secretário e o Presidente, respectivamente.
 - (E) 2º Secretário e o Presidente, respectivamente.
-
41. No que se refere às Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, as
- (A) permanentes subsistem até o final do mandato da Mesa Diretora a que se vinculam.
 - (B) temporárias irão se extinguir somente no dia 31 de dezembro do ano em que forem criadas.
 - (C) temporárias possuem mandato de dois anos.
 - (D) temporárias irão se extinguir somente ao término da Legislatura.
 - (E) permanentes subsistem através da Legislatura.
-
42. A Lei Estadual nº 4.090/2011 trata do plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores do quadro permanente de pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul e dispõe que, para o desenvolvimento na carreira,
- (A) desde que autorizada por todos os membros da Mesa Diretora, é permitida a concorrência para promoção de servidor que responda a processo disciplinar.
 - (B) a frequência é um dos requisitos para obtenção da promoção nas carreiras.
 - (C) a falta descontada em folha de pagamento será considerada para dedução de pontos somente na avaliação de servidor que tenha sofrido penalidade.
 - (D) o servidor que tenha sofrido pena disciplinar não poderá mais concorrer ao desenvolvimento na sua carreira.
 - (E) na promoção de servidor que responda a processo administrativo disciplinar, considera-se a avaliação individual de desempenho.
-
43. A respeito das vantagens conferidas ao servidor da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, a Lei nº 4.090/2011 dispõe que
- (A) as indenizações e as gratificações incorporam-se ao vencimento, ou provento.
 - (B) as indenizações e os auxílios pecuniários não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.
 - (C) as indenizações e os auxílios pecuniários incorporam-se ao vencimento, ou provento.
 - (D) as gratificações e as indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.
 - (E) os adicionais e os auxílios pecuniários não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.
-
44. A Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul estabelece prerrogativas e deveres aos Deputados da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, dispondo que
- (A) desde a expedição do diploma até a inauguração da legislatura seguinte, o Deputado não poderá ser preso, em qualquer hipótese, sem prévia licença da Assembleia Legislativa.
 - (B) o deputado não poderá, desde a expedição do diploma, ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
 - (C) o Deputado não será obrigado a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato.
 - (D) perderá o mandato o Deputado investido no cargo de Ministro ou Secretário de Estado ou chefe de missão diplomática temporário.
 - (E) o procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar não poderá ser utilizado para o fim de perda do mandato.
-
45. A Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul dispõe a respeito do processo legislativo e estabelece que ela própria poderá ser emendada desde que a respectiva proposta seja apresentada, dentre outras hipóteses,
- (A) pelo Governador do Estado.
 - (B) pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.
 - (C) por pelo menos dois membros da Assembleia Legislativa.
 - (D) pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado.
 - (E) por um quarto das Câmaras Municipais.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

46. Nos termos da Constituição Federal, a convocação de plebiscito é competência exclusiva
- (A) do Senado Federal.
 - (B) do Presidente da República.
 - (C) do Congresso Nacional.
 - (D) da Câmara dos Deputados.
 - (E) do Procurador-Geral da República.
-
47. É possível classificar a Constituição Federal Brasileira de 1988 como
- (A) promulgada, escrita, formal e rígida.
 - (B) outorgada, histórica, formal e rígida.
 - (C) promulgada, material, não escrita e flexível.
 - (D) outorgada, analítica, imutável e histórica.
 - (E) cesarista, semirrígida, sintética e escrita.
-
48. O poder constituinte
- (A) revisor é incondicionado e ilimitado.
 - (B) dos Estados-membros é incondicionado e ilimitado juridicamente.
 - (C) reformador pode suprimir cláusulas pétreas.
 - (D) decorrente é o conferido aos Estados-membros tendo sido estendido aos municípios, no caso brasileiro.
 - (E) originário é aquele que instaura uma nova ordem jurídica, provocando uma ruptura com a ordem jurídica anterior.
-
49. É legitimado, dentre outros, para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade
- (A) o Governador do Distrito Federal.
 - (B) o Advogado-Geral da União.
 - (C) o Procurador do Município.
 - (D) qualquer cidadão no gozo de seus direitos políticos.
 - (E) Ministro de Estado.
-
50. Sobre controle de constitucionalidade, à luz da Constituição Federal, considere:
- I. Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade em tese de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.
 - II. O Ministro da Justiça deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
 - III. As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
 - IV. Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em sessenta dias.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) II e IV.
 - (C) I e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) III e IV.
-
51. A medida judicial cabível para se declarar a constitucionalidade em tese de lei ou ato normativo federal é
- (A) o *habeas data*.
 - (B) a ação declaratória da constitucionalidade.
 - (C) a representação interventiva.
 - (D) o mandado de injunção.
 - (E) a ação declaratória de inconstitucionalidade por omissão.



52. A Constituição Federal NÃO poderá ser emendada na vigência de
- (A) período eleitoral.
 - (B) vacância do Presidente da República.
 - (C) greve geral.
 - (D) processo de *Impeachment*.
 - (E) intervenção federal.
-
53. Nos termos da Constituição Federal, a República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos
- (A) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
 - (B) constituir uma sociedade livre, justa e solidária.
 - (C) o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
 - (D) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
 - (E) a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
-
54. Segundo o que dispõe a Constituição Federal, em matéria de direitos e garantias fundamentais,
- (A) ninguém será considerado penalmente culpado até decisão confirmatória de segundo grau.
 - (B) o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos, os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos e os maiores de sessenta anos de idade.
 - (C) será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
 - (D) aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
 - (E) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade policial competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
-
55. Considere os seguintes crimes:
- I. Tráfico de entorpecentes.
 - II. Racismo.
 - III. Ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
 - IV. Terrorismo.
 - V. Tortura.
- A Constituição Federal estabelece que são crimes imprescritíveis os que constam APENAS em
- (A) I, II e IV.
 - (B) I, IV e V.
 - (C) II e III.
 - (D) I, II e V.
 - (E) III e V.
-

Noções de Direito Administrativo

56. Determinado ente federado pretende descentralizar serviço público de sua competência transferindo-o para pessoa jurídica de direito público. Para tanto,
- (A) deverá criar por lei específica autarquia, que passará a integrar a Administração indireta do Estado.
 - (B) poderá instituir autarquia ou empresa pública, ambas por lei autorizativa, devendo, no entanto, motivar sua decisão.
 - (C) deverá instituir por lei autarquia, que passará a integrar a Administração direta do Estado.
 - (D) poderá instituir autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista, a primeira por lei, as demais por atos próprios, após a edição de lei autorizativa da instituição.
 - (E) deverá criar por lei geral autarquia, que passará a integrar a Administração indireta do Estado.
-



57. O Estado, pela técnica da descentralização, pode criar pessoas jurídicas com personalidade própria e distinta daquele, dentre as quais figuram as autarquias e as sociedades de economia mista
- (A) que se sujeitam a regime jurídico de direito privado e contratam seu pessoal pela Consolidação da Leis do Trabalho, não podendo admitir, mesmo que por concurso público, servidor público estatutário.
 - (B) que, respectivamente, sujeitam-se a regime jurídico de direito público e regime jurídico de direito privado, sendo o regime estatutário o aplicável aos empregados de ambas as entidades.
 - (C) criadas por lei específica sob o regime jurídico de direito privado, razão pela qual integram a Administração pública indireta.
 - (D) que não estão sujeitas a controle hierárquico do ente criador porque submetidas a regime de direito privado.
 - (E) que integram a Administração indireta do Estado, sendo a primeira sujeita a regime jurídico de direito público e a segunda de direito privado, ambas não submetidas a controle hierárquico do ente instituidor, mas tão somente finalístico.
-
58. O regime jurídico administrativo tipifica o próprio direito administrativo e confere à Administração
- (A) prerrogativas instrumentais à consecução de fins de interesse geral, não a sujeitando, no entanto, a restrições, isso em razão do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.
 - (B) prerrogativas não aplicáveis ao particular e instrumentais à cura do interesse público, tais como a autotutela e o poder de polícia, dentre outras tantas, que lhe permitem assegurar a supremacia do interesse público sobre o privado.
 - (C) privilégios em face do particular, que podem ser exercidos de forma ampla e irrestrita, em razão de sua posição vertical face aos mesmos.
 - (D) restrições e prerrogativas necessárias à consecução dos seus fins, que são igualmente identificáveis nas relações entre os privados em razão do princípio da isonomia.
 - (E) amplo poder em face do particular, que se sujeita aos seus comandos independentemente do fim objetivado, uma vez que o agir administrativo é presumidamente de acordo com a lei.
-
59. A Administração pública, após regular processo administrativo, penalizou servidor seu lotado junto à Secretaria dos Transportes, por ter deixado de praticar ato de sua competência, sem justificativa juridicamente aceitável. A hipótese trata do exercício do poder
- (A) de polícia administrativa, fundamentado na hierarquia e na sujeição geral que liga os servidores à Administração contratante.
 - (B) disciplinar, que encontra fundamento de validade na lei e é decorrência do princípio hierárquico.
 - (C) poder regulamentar, uma vez que a punição caracteriza-se como ato geral e abstrato, exceto no que concerne ao interessado sancionado.
 - (D) de polícia, que encontra fundamento na lei e no princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.
 - (E) disciplinar, que não decorre da hierarquia, mas do fato de o particular estar sujeito à disciplina administrativa.
-
60. A vigilância sanitária, após inspeção realizada em estabelecimento comercial especializado no fornecimento de refeições, em razão das péssimas condições de higiene e do desrespeito às posturas municipais, que colocavam em risco iminente os frequentadores do local, interditou o local. No caso, a Administração
- (A) exerceu irregularmente o denominado poder de polícia, porquanto não recorreu previamente ao judiciário tampouco possibilitou a prévia defesa do particular.
 - (B) agiu arbitrariamente, porquanto mesmo frente ao perigo iminente, ante o princípio da livre iniciativa, tinha a obrigação de conferir ao particular o prévio exercício do direito de defesa em procedimento específico.
 - (C) exerceu regularmente o poder de polícia, em especial considerando cuidar-se de medida de urgência, que dispensa o exercício prévio do direito de defesa.
 - (D) agiu dentro da lei, exercendo o poder normativo exteriorizado pela cassação do alvará de funcionamento do estabelecimento comercial.
 - (E) exerceu irregularmente o poder de polícia, porquanto este se caracteriza por ser uma atividade negativa, o que implica reconhecer que era vedado, na hipótese, o exercício de atividade material pela Administração.



61. Conforme estabelece a Lei nº 9.784/1999, órgão é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta
- (A) que detém personalidade jurídica própria, ao contrário da entidade que não é dotada de personalidade jurídica própria e distinta do ente instituidor.
 - (B) destituído de personalidade jurídica própria, tal qual as entidades que integram a Administração pública indireta e agem em nome do ente instituidor.
 - (C) que com elas não se confunde, a despeito de ser uma de suas partes integrantes, não possuindo personalidade jurídica própria, ao contrário das entidades que são dotadas de personalidade jurídica própria.
 - (D) representativo do fenômeno denominado descentralização por serviço, o que o distingue da entidade que constitui unidade de atuação dotada de personalidade jurídica, característica do fenômeno da desconcentração.
 - (E) que congrega atribuições exercidas pelos agentes públicos, razão pela qual com eles se confunde para todos os fins de direito.
-
62. A Administração pública está sujeita a regime jurídico administrativo, que
- (A) não se aplica às hipóteses de desconcentração do serviço público, método de gestão administrativa utilizado para flexibilização do regime jurídico aplicável à atuação da Administração.
 - (B) não se aplica às hipóteses de descentralização do serviço público, que passa a ser de competência de pessoas jurídicas com personalidade própria e distinta do Estado.
 - (C) não se aplica às autarquias, porque integrantes da Administração pública indireta.
 - (D) aplica-se às autarquias, pessoas jurídicas de direito público que integram a Administração pública indireta do Estado.
 - (E) pode ser afastado por decisão discricionária do Administrador, desde que justificada, em razão dos princípios da eficiência e economicidade.
-
63. Nos termos da Constituição Federal, podem ser categorizados como servidores públicos
- (A) os titulares de cargo, emprego ou função junto à Administração direta e indireta do estado, desde que admitidos por concurso público ou processo de seleção.
 - (B) os titulares de cargo, emprego ou função junto à Administração direta, autárquica e fundacional do Estado.
 - (C) os empregados públicos contratados por pessoa jurídica de direito público ou privado integrante da Administração pública indireta do Estado, sejam elas exploradoras de serviço público ou de atividade econômica.
 - (D) os titulares de cargo ou função junto à Administração direta, excluindo os empregados públicos e os titulares de função junto à Administração indireta.
 - (E) todos os agentes em colaboração com a Administração pública, inclusive os contratados para prestação de serviços, desde que a contratação se dê por meio de procedimento licitatório.
-
64. A Administração pública expede atos administrativos vinculados e atos administrativos discricionários, sendo que
- (A) os primeiros devem, obrigatoriamente, ser motivados, já os segundos, sujeitos a juízo de conveniência e oportunidade, prescindem de motivação para sua validade.
 - (B) se abre, ao Administrador, a escolha entre expedir uns ou outros independentemente do que estabelece a lei de regência, ante a superação do princípio da estrita legalidade pelo princípio da eficiência.
 - (C) ambos se sujeitam à lei de regência e são passíveis de controle judicial, que, no entanto, tem extensão e profundidade diversa.
 - (D) os primeiros se sujeitam à lei de regência e ao controle do judiciário, já os segundos encontram fundamento em ato regulamentar e não são sindicáveis.
 - (E) ambos prescindem, para validade, de fundamento último em lei, desde que respeitem os princípios da fundamentação e da publicidade.
-
65. Ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão da Secretaria dos Transportes estadual exigiu, para si, benefício econômico a fim de praticar ato de sua competência. Inconformado com a atitude do agente público, João denunciou o fato ao Ministério Público, comprovando, por meio de gravação, a prática ilícita. Considerando a Lei nº 8.429/1992, o referido agente
- (A) responde pela prática de ato de improbidade, podendo ter seus bens postos em indisponibilidade, responsabilidade extensível ao superior hierárquico que o nomeou, em razão de culpa na sua seleção.
 - (B) não responde pela prática de ato de improbidade, porque não pode ser equiparado a servidor público para os fins da referida Lei, em razão de seu vínculo precário com a Administração.
 - (C) responde pela prática de ato de improbidade, que, no entanto, não permite que seus bens sejam postos em indisponibilidade, mas apenas que seja afastado do exercício de suas funções, enquanto tramitar o processo judicial.
 - (D) não responde pela prática de ato de improbidade, mas pela prática de crime de responsabilidade, em razão da natureza de seu vínculo com a Administração estadual.
 - (E) responde pela prática de ato de improbidade, podendo ter seus bens postos em indisponibilidade, para suportarem os eventuais prejuízos causados à Administração.

**Noções de Administração**

66. Edgar Schein define organização *como a coordenação racional das atividades de certo número de pessoas, que desejam alcançar um objetivo comum e explícito, mediante a divisão das funções e do trabalho e por meio da hierarquização da autoridade e da responsabilidade*. (apud Francisco Lacombe. In: **Teoria Geral da Administração**, Saraiva, p. 21). A literatura aponta diferentes modelos de estrutura organizacional, entre as quais a denominada Estrutura Matricial, que tem, entre suas características,
- (A) existência de órgãos com duração limitada a determinado projeto.
 - (B) criação de órgãos de forma aderente à matriz de riscos do negócio.
 - (C) um órgão central ao qual se vinculam os órgãos setoriais.
 - (D) departamentalização por matriz de especialidades.
 - (E) existência de órgãos de primeiro nível, encarregados de produção e comercialização.
-
67. No que diz respeito às diferenças entre recrutamento e seleção, tem-se que
- (A) seleção é uma etapa antecedente ao recrutamento.
 - (B) seleção é o processo de captação externo e recrutamento de escolha interna.
 - (C) recrutamento é uma atividade de atração, enquanto a seleção é uma atividade de escolha.
 - (D) recrutamento consiste estritamente na classificação e seleção na decisão sobre a contratação.
 - (E) ambos são processos de escolha, sendo o recrutamento de natureza compulsória.
-
68. O conceito de treinamento está relacionado às iniciativas organizacionais, na forma de eventos planejados, com o objetivo de ampliar a aprendizagem entre os membros da organização, melhorando seu desempenho. As técnicas de treinamento e desenvolvimento comportam diferentes classificações e, nesse contexto, as que visam à adaptação e à ambientação inicial são denominadas
- (A) de indução.
 - (B) rotação de cargos.
 - (C) *role playing*.
 - (D) *coaching*.
 - (E) *mentoring*.
-
69. Existem diferentes modelos de planejamento de RH, entre os quais o modelo baseado na procura estimada do produto ou serviço. Esse modelo, entre outros aspectos,
- (A) baseia-se em mapas de substituição de postos-chave e organogramas de carreiras, voltado, precipuamente, à evolução funcional.
 - (B) leva em conta fatores imprevisíveis, estratégia dos concorrentes e situação do mercado de clientes.
 - (C) alinha-se com o planejamento estratégico da organização e toma por base mudanças tecnológicas que afetam a produtividade.
 - (D) mapeia o fluxo de pessoas na organização, caracterizando-se com um modelo vegetativo, que objetiva apenas atender às demandas de reposição de pessoal.
 - (E) utiliza previsões e extrapolações de dados históricos e está voltado, predominantemente, para o nível operacional da organização.
-
70. O processo de descentralização da administração de recursos humanos dessas atividades introduziu um novo paradigma, atribuindo aos gestores determinadas responsabilidades pelos recursos humanos alocados a suas unidades e deixando para a área responsável pela gestão de pessoas funções estratégicas, de consultoria e assessoria, que corresponde
- (A) ao modelo assistencial.
 - (B) ao modelo focal.
 - (C) ao planejamento diretivo.
 - (D) à função de *staff*.
 - (E) à condução assistida.



71. Muitas organizações utilizam técnicas contábeis e estatísticas para calcular os custos e benefícios da função de RH. Nesse contexto, busca-se avaliar a eficácia da função de administração de recursos humanos na organização, tomando por base, entre outros critérios, medidas indiretas de avaliação dos funcionários, como, por exemplo,
- (A) custos laborais por unidade de resultados.
 - (B) rotatividade do pessoal e absenteísmo.
 - (C) adequação à missão e objetivos organizacionais.
 - (D) pesquisas de atitude e de perfil comportamental.
 - (E) cultura e clima organizacional.
-
72. Entre os princípios constitucionais e legais que informam o Orçamento Público está o da universalidade, de acordo com o qual todas as receitas e despesas públicas devem constar da Lei Orçamentária Anual, entre as quais:
- (A) as despesas de pessoal das entidades integrantes da Administração Indireta, incluindo as empresas públicas e sociedades de economia mista não dependentes.
 - (B) o orçamento de investimento apenas das empresas estatais caracterizadas como dependentes do Tesouro, ou seja, que recebam recursos para despesas de pessoal ou custeio em geral.
 - (C) o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
 - (D) o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, exceto da Administração indireta e respectivos fundos.
 - (E) as receitas obtidas pelas entidades integrantes da Administração direta e indireta, salvo as provenientes de operações de crédito.
-
73. Em face do princípio orçamentário da exclusividade, a Lei Orçamentária Anual não pode conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, NÃO se incluindo na proibição a
- (A) autorização para abertura de créditos suplementares.
 - (B) autorização para operações de crédito, exceto por antecipação de receita.
 - (C) fixação de limites para despesas de pessoal.
 - (D) fixação de limites de endividamento e prestação de garantias.
 - (E) previsão de limites para comprometimento da receita corrente líquida.
-
74. Entre as metodologias aplicáveis para administração de materiais, destaca-se a Classificação ABC que utiliza a máxima de Pareto. Essa metodologia preconiza que
- (A) estoques devem ser dimensionados em termos mínimos, no máximo em 20% da demanda, independentemente da relevância ou valor do produto.
 - (B) estoques devem sempre corresponder à demanda máxima estimada para de cada item, mantidos no patamar mínimo de 80%.
 - (C) estoques devem ser definidos partindo da premissa de concentração uniforme de demanda por produtos, o que significa equalizar os estoques entre 40% e 80% da demanda global.
 - (D) produtos com menor lucratividade não devem ser estocados, em face dos elevados custos de reposição, limitando-se os estoques correspondentes a 20% da demanda estimada.
 - (E) os itens de alta prioridade a serem mantidos em estoque são normalmente em menor número, estimando que 20% dos itens em estoque correspondem a 80% do valor do estoque.
-
75. Verifica-se, historicamente, diferentes abordagens sobre ética. Uma delas preconiza que o bem de uma ação depende não tanto da intenção, mas das consequências que ela tem, ou seja, uma conduta só pode ser avaliada como boa se for útil, no sentido de fazer bem ao maior número possível de pessoas e mal ao menor número possível. Trata-se da abordagem em ética denominada
- (A) existencialismo.
 - (B) racionalismo.
 - (C) relativismo.
 - (D) naturalismo.
 - (E) utilitarismo.



76. Oscar, servidor público de órgão previdenciário federal, objetivando reduzir sua carga de trabalho, prestou informações incorretas a cidadãos que procuraram atendimento junto ao órgão, no sentido de que o pleito apresentado não encontraria respaldo na legislação vigente. Oscar não recebeu punição disciplinar, tendo alegado que não agiu de má-fé, mas que teria cometido equívoco por não estar atualizado acerca da mudança da legislação sobre a matéria. Do ponto de vista ético, a conduta de Oscar
- (A) somente será considerada violação aos princípios éticos aplicáveis aos servidores se identificada falta disciplinar.
 - (B) é passível de pena de censura, por constituir violação aos deveres fundamentais do servidor, independentemente da apuração sob o aspecto disciplinar.
 - (C) infringe os deveres éticos do servidor público, sendo passível de pena de advertência, independentemente de infração disciplinar.
 - (D) está em desacordo com as regras deontológicas que devem nortear a atuação dos servidores públicos, porém não configura violação a princípio ético específico.
 - (E) configura conduta antiética grave, passível de pena de suspensão, conversível em multa.
-
77. Como destaca Francisco Lacombe, citando James Mooney: *organização é a forma que assume toda associação humana para atingir um objetivo comum* (In: **Teoria Geral da Administração**, Saraiva, p. 21). No decorrer da história, sobrevieram diversas teorias para explicar a dinâmica das organizações, sendo a mais antiga, iniciada com os estudos do engenheiro Frederick Winslow Taylor, com ênfase na divisão do trabalho em tarefas elementares e a especialização das pessoas na execução dessas tarefas, visando obter ganhos de produtividade. Essa teoria corresponde à Escola
- (A) da Cadeia Escalar.
 - (B) Estruturalista.
 - (C) Divisional.
 - (D) da Administração Científica.
 - (E) do Critério Funcional.

Atenção: As questões de números 78 a 80 referem-se à Redação Oficial

78. Considere o trecho abaixo, parte de memorando encaminhado ao Chefe de Departamento de Administração.

Atendendo a necessidades da implantação do Plano Geral de Informatização, solicito a Vossa Senhoria que se expresse, expri-
(1) (2)

mando sua opinião, sobre a possibilidade de instalação de mais cinco microcomputadores no Departamento de Arquivo de Docu-
(2)

mentos. Sem que se considerem maiores detalhes técnicos associados à tarefa de arquivamento, porque julgo que ora são ir-
(3)

relevantes, a conceção desses computadores ensejará racional distribuição do trabalho, tendo redução do tempo de execução
(3) (4) (5)

necessária.
(5)

Considerados os princípios de impessoalidade, clareza, concisão e uso de linguagem formal, que se aplicam às comunicações oficiais, a alternativa que apresenta comentário INCORRETO é:

- (A) Em (1), o sinal indicativo da crase está ausente, o que contraria a norma-padrão da língua.
- (B) Em (2), há redundância, o que contraria o princípio da concisão.
- (C) Em (3), atenta-se contra o princípio da impessoalidade.
- (D) Em (4), há erro de grafia, o que contraria a norma-padrão da língua.
- (E) Em (5), a clareza está comprometida.



Atenção: As questões de números 79 e 80 referem-se ao trecho do ofício que segue.

Manacá Florido, 8 de agosto de 2016.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça:

A Assembleia Legislativa do Estado de Manacá realizará, em 10 de dezembro de 2016, o fórum técnico "Decisões do Poder Judiciário em Processos que Envolvem Calúnia e Difamação: Análise de Casos", ocasião em que será avaliada a oportunidade de se estabelecerem diretrizes que contemplem o consenso dos juristas acerca do tema.

Certo de que V. Exa. poderá prestar valiosa contribuição à consecução dos objetivos do fórum, tenho a honra de convidá-lo a participar do referido evento como expositor de tema, a sua escolha, que seja relevante para a matéria.

Na oportunidade, esta presidência terá o prazer de recepcionar V. Exa., bem como os demais expositores, no Salão Nobre do Palácio Solanáceas, no dia 9 de dezembro, às 20 horas.

Atenciosamente,

(Assinatura)

Deputado Aldair Quintanilha Ferraz

Presidente

Exmo. Sr. Desembargador Dorival Menezes de Oliveira Filho

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Manacá

Capital

79. Considerados o ofício acima e as normas que regem a redação de documentos oficiais, é correto o seguinte comentário:

- (A) Em Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, a expressão destacada pode ser substituída por Senhor, pois essas duas formas são equivalentes quando o cargo do remetente e o do destinatário são iguais aos observados no texto transcrito.
- (B) A palavra destacada em Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça pode ser substituída por Digníssimo, pois este tratamento é adequado para qualquer autoridade de cada um dos três poderes.
- (C) O pronome de tratamento "V. Exa." permite, com idêntica correção, o emprego do verbo na terceira pessoa do singular ou na segunda pessoa do plural, portanto as formas "poderá" e "podereis" são legítimas na frase.
- (D) Se, no ofício acima, houvesse a frase "Vossa Excelência é bastante conhecedor do tema", ela estaria correta; mas, se o Presidente do Tribunal de Justiça fosse uma mulher, o correto seria empregar o feminino "conhecedora".
- (E) A forma Atenciosamente pode ser substituída por "Respeitosamente", pois é indiferente o emprego de uma ou outra, seja o destinatário pertencente ao mesmo nível hierárquico do remetente, ou superior a este.

80. Considere as afirmações que seguem.

- I. O ofício, exemplificado acima, é modalidade de comunicação oficial expedida para e pelas autoridades que não sejam Ministros de Estado, com a finalidade de tratar de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração pública entre si e também com particulares.
- II. Considerados tanto quem expede a comunicação oficial e para quem, quanto o assunto tratado, a forma e a estrutura que apresenta, o ofício acima poderia ser transformado em memorando, sem prejuízo das orientações para a redação de documentos oficiais.
- III. Se, no ofício, a expressão *a sua escolha* fosse deslocada para o fim da frase – "como expositor de tema que seja relevante para a matéria, a sua escolha" –, o sentido da mensagem seria diferente do que se tem no texto original.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) III.